

SUMÁRIO

1

INTRODUÇÃO	29
-------------------------	-----------

2

CONCEITO E EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA PRISÃO EM FLAGRANTE DELITO NO DIREITO BRASILEIRO.....	31
---	-----------

2.1 Funções da prisão em flagrante delito	32
2.2 Natureza jurídica da prisão em flagrante delito	33
2.3 Evolução histórica da prisão em flagrante delito no direito brasileiro	35

3

PRISÃO EM FLAGRANTE DELITO E ATIVIDADE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA	39
---	-----------

3.1 Flagrante compulsório e flagrante facultativo	43
3.1.1 Flagrante cataléptico.....	46
3.1.2 Guardas Municipais.....	47
3.2 Flagrante esperado, flagrante provocado e flagrante forjado.....	49
3.3 Flagrante compulsório e a infiltração de agentes	51
3.4 Agente policial disfarçado	53

4

PRISÃO EM FLAGRANTE DELITO E INQUÉRITO POLICIAL	59
--	-----------

4.1 Prisão em flagrante delito nos crimes de ação penal condicionada à representação e de ação penal privada	60
4.2 Conceito e esboço histórico do inquérito policial	61

5

PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS INFORMADORES DA PRISÃO EM FLAGRANTE DELITO	65
--	-----------

5.1	Princípio da dignidade da pessoa humana	66
5.1.1	Emprego de força	67
5.1.2	Morte decorrente de intervenção policial.....	70
5.1.3	Emprego de algemas.....	78
5.1.4	Constrangimento ilícito de preso ou detento e a nova lei de abuso de autoridade	83
5.2	Princípio do devido processo legal: a devida investigação criminal.....	84
5.3	Princípio da legalidade	86
5.4	Princípio do investigador natural: Delegado de Polícia natural	88
5.4.1	Autoridade natural na prisão em flagrante delito.....	91
5.5	Princípios do contraditório e da ampla defesa	94
5.6	Princípio da publicidade.....	97
5.7	Princípio da paridade de armas.....	104
5.8	Princípio da imparcialidade.....	106
5.8.1	Imparcialidade e a superação da inquisitorialidade: o inquérito policial como procedimento apuratório	108
5.9	Princípio da reserva de jurisdição.....	112
5.9.1	Acesso aos dados armazenados em dispositivos eletrônicos	113
5.10	Princípio da inadmissibilidade ou proibição de provas ilícitas	122
5.11	Princípios da duração razoável da investigação e da eficiência.....	124
5.11.1	Aplicação de recursos tecnológicos: prisão em flagrante delito por videoconferência e inquérito policial eletrônico	127
5.12	Princípio da presunção de não culpabilidade.....	132
5.13	Princípio da não autoincriminação.....	134
5.14	Princípio da motivação.....	137

6

FLAGRÂNCIA DELITIVA, FUNDADA SUSPEITA E INDICIAMENTO.....	141	
6.1	Flagrância delitiva: requisito temporal ou circunstancial da prisão em flagrante delito	142
6.2	Flagrante próprio, perfeito, verdadeiro ou real.....	142
6.3	Flagrante impróprio, imperfeito, irreal ou quase-flagrante	144
6.4	Flagrante presumido, assimilado ou ficto	146
6.5	Prisão em flagrante delito nos crimes permanentes, nos crimes habituais e no crime continuado	146

6.5.1	Crimes permanentes e a inviolabilidade domiciliar: justa causa provável ou visibilidade provável prévia	150
6.6	Ação controlada e entrega vigiada: flagrante retardado, postergado, estratégico, prorrogado ou diferido.....	160
6.7	Fundada suspeita e decisão de indiciamento: requisito probatório ou indiciário da prisão em flagrante delito.....	166
6.7.1	Momento do indiciamento	173
6.7.2	Consequências do indiciamento.....	176
6.7.3	Qualificação e interrogatório.....	177
6.7.3.1	Direito ao silêncio, “aviso de Miranda” e interrogatório sub-reptício	180
6.7.3.2	Prestação de dados falsos e recusa de dados sobre a própria identidade.....	185
6.7.3.3	Confissão	185
6.7.3.4	Tortura	187
6.7.4	Vida pregressa ou pregressamento	189
6.7.5	Identificação.....	190
6.7.5.1	Identificação civil e identificação criminal	190
6.7.5.2	Identificação criminal pelo perfil genético	193
6.8	Etapas da prisão em flagrante delito	195
6.8.1	Abordagem, captura e condução coercitiva.....	196
6.8.2	“Prisão-custódia” ou “prisão-formalização”: audiência de apresentação e garantias, decretação da custódia e o auto de prisão em flagrante delito.....	200
6.8.2.1	Auto de prisão em flagrante delito e a audiência de apresentação e garantias	201
6.8.2.2	Oitiva de testemunhas: depoimentos.....	205
6.8.2.3	Oitiva de vítimas: declarações	207
6.8.2.3.1	Reconhecimento de pessoas	215
6.8.2.4	Oitiva do indiciado: interrogatório.....	222
6.8.2.5	Nota de culpa	225
6.8.3	Prisão-recolhimento ou encarceramento e a fiança extrajudicial.....	226
6.8.3.1	Fiança e liberdade provisória.....	227
6.8.3.2	Crimes inafiançáveis	228
6.8.3.3	Vedação de fiança extrajudicial nos crimes de descumprimento de medidas protetivas de urgência.....	237

6.8.3.4	Valor e recolhimento da fiança	238
6.8.3.5	Prazo para exibição do valor arbitrado a título de fiança... ..	240
6.8.3.6	Fiança em caso de concurso de infrações penais e causas de aumento e de diminuição de pena	241
6.8.4	Comunicações sobre a prisão em flagrante e prazos legais	241
6.9	Independência técnico-jurídica do Delegado de Polícia.....	244
6.9.1	Prisão em flagrante delito e independência técnico-jurídica.....	251
6.10	Criptoflagrante: ausência de flagrância delitiva ou fundada suspeita e a não decretação da prisão em flagrante delito	253
6.10.1	Relaxamento da prisão em flagrante delito pelo Delegado de Polícia	262
6.11	Juízos de tipicidade, de ilicitude e de culpabilidade exercidos pelo Delegado de Polícia	264
6.11.1	Juízos de tipicidade e de ilicitude: a análise de discriminantes pelo Delegado de Polícia	265
6.11.2	Análise do princípio da insignificância pelo Delegado de Polícia.....	271
6.11.3	Juízo de culpabilidade exercido pelo Delegado de Polícia.....	277
6.12	Prisão em flagrante delito, infrações de menor potencial ofensivo e termo circunstanciado.....	279
6.12.1	Concurso de infrações penais de menor potencial ofensivo e prisão em flagrante delito.....	291
6.12.2	Estatuto da Pessoa Idosa, termo circunstanciado e prisão em flagrante delito	293
6.13	Prisão em flagrante delito nos casos de violência doméstica e familiar	295
6.13.1	Violência doméstica e familiar contra a mulher - Lei nº 11.340/2006 (“Maria da Penha”).....	296
6.13.2	Violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente - Lei nº 14.344/2022 (“Henry Borel”)	307
6.14	Apresentação espontânea, voluntária ou autoapresentação	311
6.15	Prisão em flagrante delito, imunidades prisionais e foro por prerrogativa de função	316
6.15.1	Presidente da República	316
6.15.2	Governadores de Estado	317
6.15.3	Prefeitos.....	318
6.15.4	Parlamentares Federais, Estaduais e Municipais.....	319
6.15.5	Agentes diplomáticos e agentes consulares	324
6.15.6	Membros da Magistratura e do Ministério Público	326

6.15.7 Advogados.....	327
6.15.8 Militares das Forças Armadas e Policiais Militares	328
6.15.9 Prisão em flagrante e período eleitoral.....	329
6.15.10 Crianças e adolescentes.....	331
6.15.10.1 Atos infracionais cometidos por crianças.....	331
6.15.10.2 Atos infracionais cometidos por adolescentes	332
6.15.10.3 Auto de apreensão de adolescente infrator	335
<u>7</u>	
APRECIÇÃO JUDICIAL DA PRISÃO EM FLAGRANTE DELITO	339
7.1 Relaxamento da prisão em flagrante delito.....	340
7.2 Liberdade provisória, medidas cautelares diversas da prisão e conversão da prisão em flagrante em preventiva.....	343
7.3 Audiência de custódia	347
7.3.1 Audiência de custódia e acordo de não persecução penal	361
<u>8</u>	
PRISÃO EM FLAGRANTE DELITO NO DIREITO COMPARADO	365
8.1 Prisão em flagrante delito no direito português.....	366
8.2 Prisão em flagrante delito no direito espanhol.....	369
8.3 Prisão em flagrante delito no direito italiano	370
<u>9</u>	
PRISÃO EM FLAGRANTE DELITO NO PROJETO DE NOVO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL	373
9.1 Estado flagrancial e reconhecimento de excludentes de ilicitude.....	373
9.2 Fiança, apreciação judicial da prisão em flagrante delito e prazo máximo de prisão provisória.....	376
9.3 Indiciamento e interrogatório.....	379
<u>10</u>	
CONCLUSÕES.....	381
REFERÊNCIAS.....	385
A TÍTULO DE POSFÁCIO	415